

DIAGNÓSTICO

SEGURANÇA E JUSTIÇA

2026-2027

Planejamento Estratégico MPCE: A voz da linha de frente como base para o futuro



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas, fragilidades e oportunidades das Promotorias de Justiça nas áreas de **Segurança Pública e Justiça** e atuação transversal correlata. A análise foi construída a partir das respostas objetivas e abertas do formulário Forms365, contemplando unidades da capital e do interior, com predominância de Promotorias com atribuição direta na área criminal.

O diagnóstico evidencia que **persecução penal, eficiência dos fluxos de trabalho, enfrentamento ao crime organizado e proteção às vítimas** configuram as maiores prioridades institucionais, **revelando a necessidade de fortalecimento da inteligência, padronização de fluxos, uso qualificado de dados e maior integração interinstitucional**. Os dados apontam elevada atuação com vítimas e crimes graves, mas indicam baixa institucionalização de protocolos, uso limitado de BI e dependência crescente de prova técnica, especialmente em contextos de domínio territorial por facções.

Este diagnóstico tem por objetivo subsidiar a elaboração do **Plano Geral de Atuação 2026–2027**, um dos instrumentos do planejamento institucional do MPCE, fornecendo insumos para orientar projetos estratégicos, ações transversais e alinhamento às prioridades nacionais, de modo a ampliar a resolutividade, a segurança institucional e o impacto social da atuação ministerial.

PALAVRA DO CAOCRIM

O diagnóstico elaborado a partir das respostas das Promotorias Criminais do Ceará nos oferece uma fotografia consistente da realidade institucional. Ele confirma aquilo que a atuação cotidiana já vinha revelando: temos um Ministério Público presente, comprometido e atuante, mas que enfrenta desafios crescentes diante da complexidade da criminalidade organizada, da fragilidade dos fluxos internos, da necessidade de qualificação probatória e da insuficiência de estruturas de apoio em áreas sensíveis da persecução penal.

O dado mais relevante, na nossa avaliação, é que as demandas não são dispersas. Elas convergem para alguns eixos claramente definidos: inteligência e dados, enfrentamento às facções e aos microterritórios críticos, proteção às vítimas, eficiência da atuação criminal, fortalecimento do Tribunal do Júri e aperfeiçoamento da execução penal. Isso demonstra maturidade institucional do diagnóstico e nos permite transformar percepção dispersa em planejamento estratégico.

Também nos chama atenção a forte dependência, em muitas unidades, de soluções locais e pouco elaboradas para suprir lacunas de estrutura, de sistemas e de integração. Há experiências qualificadas na base, mas ainda pouco sistematizadas. Nosso papel, como CAOCRIM, inclui identificar essas boas práticas, organizá-las, validá-las e transformá-las em orientação institucional replicável.

Outro ponto que o diagnóstico evidencia com clareza é a mudança do cenário probatório. Em contextos de predomínio territorial de facções, a prova testemunhal perde espaço para a prova técnica, digital e documental. Isso impõe ao Ministério Público a necessidade de investir em inteligência, extração de dados, cadeia de custódia, integração com a polícia e uso qualificado de informações para que a persecução penal seja efetiva e segura.

Na área de proteção às vítimas, o diagnóstico evidencia que há atuação intensa, mas com protocolos insuficientemente institucionalizados. Isso exige do CAOCRIM e do MPCE uma resposta que una acolhimento, rede, prevenção da revitimização e fluxos mínimos padronizados, especialmente em casos de risco, violência ou grave ameaça a vítimas e testemunhas.

Por isso, nossa perspectiva de atuação é organizar esse conjunto de necessidades em um plano com capacidade real de entrega. Não se trata apenas de produzir orientações, mas de construir instrumentos práticos, capacitações aplicadas, suporte técnico e governança institucional. O CAOCRIM deve ser indutor de soluções que fortaleçam a atuação finalística, aproximem as promotorias de ferramentas de inteligência e consolidem uma resposta ministerial mais uniforme, resolutiva e protetiva.

Em síntese, o diagnóstico indica a necessidade e a oportunidade de se alinhar prioridades, estruturar projetos estratégicos, reduzir retrabalho, qualificar a prova, proteger melhor as vítimas e ampliar a efetividade do Ministério Público na resposta à criminalidade no Ceará. É com base nele que vamos construir, de forma colaborativa, um Plano Geral de Atuação mais aderente à realidade da ponta e mais capaz de produzir impacto concreto na segurança e na justiça.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **SEGURANÇA E JUSTIÇA** e atuação transversal.

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.



Perfil de identificação das respostas recebidas

A pesquisa obteve **70 respostas válidas**, configurando uma base amostral consistente e representativa para fins de diagnósticos. Observa-se **predominância expressiva de unidades do Primeiro Grau**, responsáveis por **67 respostas (96%)**, enquanto o Segundo Grau respondeu por **3 registros (4%)**, o que indica que o diagnóstico reflete majoritariamente a realidade operacional das Promotorias com atuação direta e cotidiana na persecução penal, controle externo da atividade policial e segurança pública.

Quanto ao **perfil institucional das unidades**, verifica-se concentração em Promotorias de **entrância final (58%)**, seguidas pelas de **entrância inicial (21%)** e **intermediária (21%)**, revelando equilíbrio entre estruturas em diferentes níveis de complexidade, mas com maior peso das unidades mais demandadas.

Além disso, **87% das respostas são oriundas de órgãos com atribuição direta** em matéria criminal, controle externo e/ou segurança pública, sendo que **66% se autodeclararam como unidades de atuação especializada**, e **34% como de ampla atuação**, o que reforça a aderência temática da amostra aos objetivos do diagnóstico.

Do ponto de vista territorial, o conjunto de respostas contempla **Promotorias da Capital e do Interior**, com registro explícito de comarcas como **Paracuru, Cedro e Solonópole**, entre outras, demonstrando capilaridade estadual. A diversidade de comarcas indica que o diagnóstico incorpora múltiplas realidades locais, fortalecendo sua validade institucional.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação



Análise por Temas — Temas de Alta Demanda

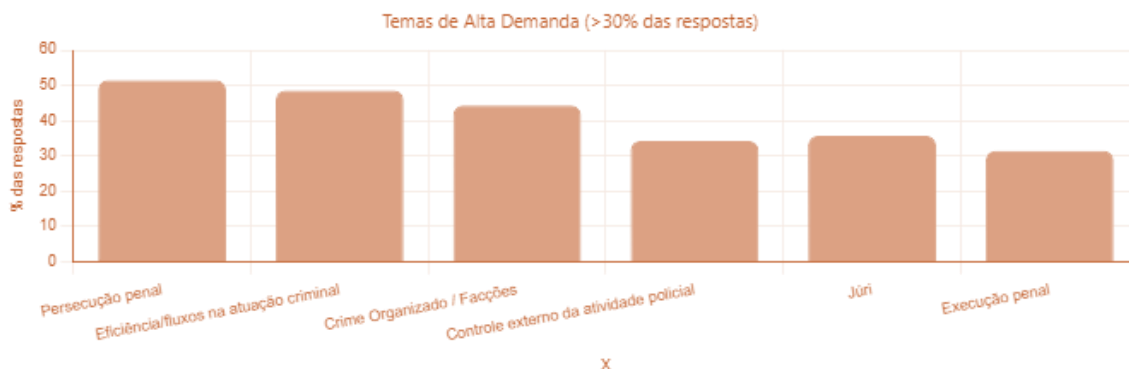
Para fins desta análise, adota-se como critério de **Alta Demanda** os temas mencionados em **mais de 30% das respostas** (n = 70), considerando que a pergunta admitia múltipla escolha. À luz desse parâmetro, destacam-se

seis eixos temáticos prioritários, evidenciando concentração das preocupações institucionais no núcleo da atuação penal e no enfrentamento qualificado da criminalidade organizada.

O tema mais recorrente foi **Persecução Penal**, citado por **36 respondentes (51,4%)**, seguido de **Eficiência e fluxos na atuação criminal (34 respostas – 48,6%)** e **Crime Organizado / Facções Criminosas (31 respostas – 44,3%)**. Esse conjunto revela uma demanda fortemente orientada à **qualificação dos procedimentos, racionalização do trabalho ministerial e fortalecimento da resposta penal**, sobretudo diante da complexidade crescente dos fenômenos criminais estruturados.

Também ultrapassaram o patamar de alta demanda os temas **Júri (25 respostas – 35,7%)**, **Controle Externo da Atividade Policial (24 respostas – 34,3%)** e **Execução Penal (22 respostas – 31,4%)**. Esses resultados indicam preocupação relevante com **etapas críticas do sistema de justiça criminal**, tanto na fase investigativa quanto na responsabilização e no acompanhamento da execução das penas, apontando para a necessidade de ações integradas, apoio técnico especializado e revisão de fluxos institucionais.

O gráfico a seguir sintetiza visualmente os **temas de alta demanda**, facilitando a compreensão comparativa do peso relativo de cada eixo na percepção dos membros respondentes:

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Insight diagnóstico preliminar:**

a concentração das respostas nesses temas sugere que o PGA deverá priorizar iniciativas estruturantes voltadas à **persecução penal estratégica, enfrentamento ao crime organizado, melhoria de fluxos processuais e fortalecimento do controle externo e do Tribunal do Júri**, sob pena de desalinhamento entre planejamento institucional e demandas reais da base.

A seguir o detalhamento dos **5 temas mais representativos no diagnóstico**.

1) Inteligência, dados e integração para enfrentamento a facções/microterritórios

I – Justificativa:

O diagnóstico evidencia gargalo estrutural de inteligência: barreiras recorrentes incluem falta de integração com órgãos externos, ausência de ferramentas/Bi, falta de acesso a dados de inteligência, atraso de provas/documentos e déficit de capacitação, além de demanda majoritária por estrutura de análise de dados e inteligência (“não existe e é necessária”). Nas respostas abertas, aparecem dificuldades como “lei do silêncio”, necessidade de cruzar dados de extrações e dispersão de informações em múltiplos procedimentos.

As respostas evidenciam que o enfrentamento às facções ocorre **sem mapeamento formal dos territórios** (apenas 8 mapeados), apoiando-se em percepção empírica e investigação isolada. Predomina a demanda por **inteligência, integração MP-polícias e prova técnica**, especialmente em áreas dominadas.

II – Oportunidades:

Estruturar (ou articular) núcleo de inteligência: (a) padronizar e acelerar fluxos de prova digital/extrações e relatórios; (b) implantar rotinas de mapeamento de acervo e conexões (pessoas, territórios, processos); (c) apoiar inteligência financeira/recuperação de ativos quando indicada; (d) criar canal institucional de

integração e troca com segurança pública (pontos focais, padrões mínimos de resposta).

2) Proteção às vítimas: protocolos, rede e prevenção da revitimização

I – Justificativa:

Há alta incidência de atuação com vítimas (predominam “sempre/às vezes”), mas a padronização é baixa: parcela relevante indica protocolo pouco estruturado ou inexistente. Como necessidades, destacam-se articulação com rede, capacitação/alinhamento de fluxos, acolhimento psicossocial/jurídico, agilidade para ameaçadas e monitoramento pós-atendimento. Respostas abertas reforçam pedidos por canais seguros de contato e fortalecimento de estruturas como NUAUV.

II – Oportunidades:

(a) Produzir/atualizar protocolo institucional de atendimento (checklist, encaminhamentos, comunicação com rede); (b) criar “kit vítima” com roteiros de escuta qualificada e prevenção de revitimização; (c) estabelecer fluxo para testemunhas/vítimas ameaçadas (prazos, responsáveis, rede); (d) apoiar soluções de canal seguro de informação/encaminhamento e monitoramento (ao menos diretrizes e governança).

3) Eficiência/fluxos e ANPP: padronização, tecnologia e gestão de acervo

I – Justificativa:

Eficiência/fluxos aparecem como tema de alta demanda; ANPP mostra adoção relevante, porém com lacunas: há unidades sem fluxo e avaliações medianas de apoio tecnológico e utilidade de dados. Nas dificuldades institucionais sobressaem equipe insuficiente, ritmo processual, dificuldade de usar dados, capacitação e problemas operacionais (documentação incompleta, notificações, gestão do acervo). Respostas abertas pedem integração SAJ/PJe, filtros por tipo de crime, identificação de risco de prescrição e padronização.

II – Oportunidades:

(a) Padronizar fluxo mínimo de ANPP (documentos obrigatórios, etapas, responsáveis); (b) propor modelo de núcleos/secretarias de apoio (regionalização, agenda, notificações, acompanhamento); (c) orientar melhorias de gestão de

acervo (critérios de priorização, alertas de prescrição, dashboards); (d) capacitação prática em uso de sistemas/BI aplicados à rotina criminal.

4) Crimes contra a vida / Tribunal do Júri: qualificação probatória e estratégia

I – Justificativa:

O tema Júri é recorrente e aparece como necessidade de apoio. Respostas abertas apontam necessidade de: linhas investigativas prioritárias, enfrentamento de nulidades, organização de plenários, melhora de prova (inclusive digital), e superação da fragilidade probatória ligada a territórios dominados e medo de testemunhar. Também surge a demanda por georreferenciamento e relatórios para demonstrar vínculos associativos e dinâmicas territoriais.

II – Oportunidades:

(a) “Kit Júri” com teses, roteiros de plenário, checklists anti-nulidade e padrões mínimos de prova; (b) apoio técnico para prova digital/cadeia de custódia em homicídios; (c) integração com polícia para padrões probatórios e preservação de cena; (d) estratégia de priorização de casos por risco (antiguidade, prescrição, repercussão) e por vínculo com organizações criminosas quando identificado.

5) Execução penal e sistema prisional: facções, SEEU e controle de regularidade

I – Justificativa:

Execução penal é tema recorrente e aparece associado a facções e dinâmica prisional. Respostas abertas mencionam necessidade de capacitação em execução penal/SEEU, acesso a dados de sistemas prisionais, monitoramento de lideranças e apoio em problemas sensíveis no cárcere (inclusive denúncias envolvendo agentes). O resumo também evidencia barreiras de inteligência e integração que afetam o acompanhamento qualificado do ambiente prisional e seus reflexos na violência.

II – Oportunidades:

(a) Capacitações dirigidas em SEEU/execução penal e rotinas de fiscalização; (b) padronizar fluxos de monitoramento de apenados vinculados a organizações criminosas (critérios, alertas, intercâmbio institucional); (c) produzir notas técnicas/roteiros para questões recorrentes (benefícios, incidentes, prova digital

no contexto prisional); (d) interlocução institucional para melhor acesso a dados e resposta mais célere a demandas relacionadas a presídios.

ANÁLISE SWOT (FOFA)

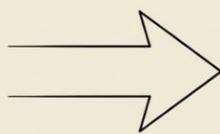
Análise SWOT da Atuação em Segurança e Justiça

A Barreira Invisível e a Mudança de Paradigma



A Lei do Silêncio

Em territórios dominados por facções, a prova testemunhal tornou-se faticamente inviável devido à coação e ao medo.



A Prova Digital

A extração e análise de dados de aparelhos celulares e rastros digitais deixaram de ser recursos complementares para se tornarem a única via probatória eficaz.

Exige uma mudança estrutural imediata em capacitação técnica, tecnologia e integração interinstitucional.

Ameaças

- **Expansão e territorialização de facções, com “lei do silêncio” e controle territorial:** respostas apontam microterritórios críticos identificados sobretudo por percepção empírica (21 evidências) e baixo mapeamento formal (8 evidências), além de barreiras como ausência de monitoramento das facções (15 evidências) e falta de acesso a dados de inteligência (18 evidências), elevando risco de subnotificação, fragilidade probatória e baixa capacidade de antecipação.
- **Degradação do ciclo probatório (atraso de provas/documentos e investigação insuficiente):** “atraso com provas e documentos” aparece entre as barreiras relevantes (17 evidências) e também surgem, nas respostas abertas, menções a dependência de extração de dados/relatórios e dificuldades de padronização investigativa, o que amplia risco de arquivamentos, nulidades e perda de efetividade.
- **Sobrecarga estrutural e morosidade como fatores de erosão de resultados:** a suficiência de equipe tem média baixa (Nota 2 de 4), e “equipe insuficiente” é a dificuldade mais citada (39 evidências), com “ritmo processual” também elevado (25 evidências), indicando ameaça à capacidade resolutiva, sobretudo em unidades de entrância final (39 respostas; 58%).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Risco institucional e segurança do membro em contexto de facções:** “ausência de segurança do membro/protocolo facção” aparece como barreira (13 evidências), associada nas respostas abertas a preocupações com atuação em acervos sensíveis e necessidade de estruturas mais seguras.
- **Crescimento de temas emergentes com alta repercussão e complexidade (ex.: tráfico, estelionato, violência doméstica/adolescentes):** o resumo aponta temas emergentes vinculados a expansão, tráfico e demandas de alta repercussão, pressionando ainda mais fluxos, rede de proteção e capacidade investigativa.

Oportunidades

- **Institucionalizar uma estrutura (ou rede) de inteligência e análise de dados:** 38 respondentes (62%) afirmam que “não existe e é necessária” uma unidade/estrutura de análise de dados e inteligência, configurando oportunidade clara de projeto estruturante para apoiar facções/microterritórios, prova digital e priorização de casos.
- **Padronizar e difundir protocolos/fluxos de proteção às vítimas (com integração em rede):** há alta atuação com vítimas (30 “sempre” e 19 “às vezes”), porém baixa padronização (17 “não” e 17 “pouco estruturado”); as necessidades mais citadas incluem articulação com rede (37) e capacitação/alinhamento de fluxos (46), abrindo espaço para “kits”, fluxos mínimos e governança intersetorial.

O Paradoxo do Atendimento às Vítimas



O desalinhamento estrutural gera risco imediato de revitimização, insegurança jurídica e perda direta de resolutividade probatória.

- **Elevar eficiência com governança de ANPP e suporte tecnológico/secretarial:** há base de adoção de fluxos de ANPP (evidências: 20 formalizados + 20 fluxos próprios + 8 informais), mas ainda 13 evidências “não”; com apoio tecnológico médio (Nota 2,77 de 4), a oportunidade é consolidar padrão mínimo, documentação, notificações e acompanhamento, reduzindo retrabalho.

- **Fortalecer integração e compartilhamento investigativo:** o compartilhamento de informações investigativas tem média baixa (Nota 2,13 de 4), e as barreiras mais citadas incluem falta de integração com órgãos externos (17 evidências); respostas abertas sugerem ganhos com conectividade entre investigações/processos e relatórios de inteligência.
- **Aproveitar janela de capacitação direcionada (prova digital, BI, júri, execução penal):** “capacitação insuficiente” é barreira central (18 evidências) e dificuldade institucional relevante (22 evidências), indicando oportunidade de trilhas práticas orientadas aos gargalos relatados (dados, sistemas, cadeia de custódia, atuação em plenário, SEEU).

Matriz de Realidade: Dedicação vs. Estrutura

O Déficit de Inteligência

62% afirmam que não há estrutura de inteligência/dados, mas ela é urgentemente necessária.

Apenas 8 promotorias possuem microterritórios críticos formalmente mapeados; a maioria atua baseada em percepção empírica.

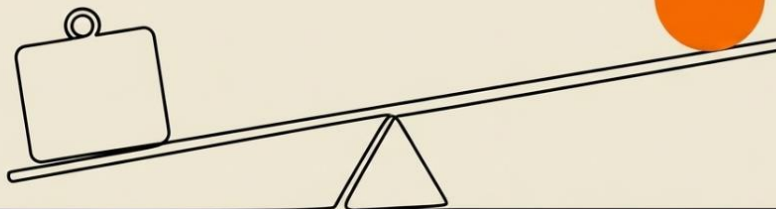
2,70 / 4,00: Nota média de utilidade percebida dos dados atuais.

A Força Institucional

Clareza absoluta de foco nos temas centrais.

Uso disseminado dos materiais do CAOCRIM.

Prática consolidada do FICNMP nas inspeções.



Forças

- **Clareza de foco institucional nos temas centrais:** os temas mais citados concentram-se em persecução penal (36 evidências), eficiência/fluxos (34 evidências) e crime organizado/facções (31 evidências), alinhando o diagnóstico a eixos estruturantes do PGA e permitindo desenho de portfólio de projetos com aderência e escala.
- **Uso disseminado (ainda que parcial) de materiais do CAOCRIM:** a utilização de kits/manuais/notas técnicas é frequente (“às vezes” 40 evidências; “sempre” 17 evidências), sugerindo base instalada de produtos e canais que podem ser aprimorados/atualizados e melhor distribuídos.
- **Prática consolidada de inspeções com uso do FICNMP onde aplicável:** 33 evidências indicam “sempre” utilizar o FICNMP e 27 informam “não faço inspeções”, sinalizando que, nas unidades que executam inspeção, o instrumento aparece incorporado como referência.

- **Existência de experiências locais e propostas objetivas nas respostas abertas:** há sugestões concretas e recorrentes (gestão de acervo, integração sistêmica, padronização de fluxos, fortalecimento de rede e uso de tecnologia), o que facilita transformar diagnóstico em plano de ação factível.

Fraquezas

- **Baixa maturidade de inteligência/dados e ferramentas para facções e microterritórios:** barreiras centrais incluem falta de acesso a dados de inteligência (18 evidências), capacitação insuficiente (18 evidências), ausência de software/BI (16 evidências) e ausência de monitoramento de facções (15 evidências); e 62% indicam inexistência de estrutura de inteligência que seria necessária.
- **Microterritórios críticos pouco mapeados e com metodologia fragmentada:** apenas 8 evidências afirmam “mapeado”, enquanto 21 evidências dependem de percepção empírica e 22 evidências declaram “não”; a identificação se apoia mais em investigação/processos (20 evidências) e articulação policial (15 evidências) do que em BI (3 evidências), indicando fragilidade de padronização e planejamento territorial baseado em evidências.
- **Protocolos de vítimas insuficientemente institucionalizados:** apesar de alta incidência de atuação com vítimas (30 evidências apontam “sempre”), apenas 8 evidências apontam protocolo plenamente estruturado; 17 evidências “não” e 17 evidências “pouco estruturado”, com forte demanda por articulação em rede (37 evidências) e alinhamento de fluxos (46 evidências).
- **Uso limitado de BI/indicadores e percepção de utilidade apenas mediana:** 22 evidências dizem “nunca” usar BI/indicadores para planejar; a utilidade dos dados/BI tem nota média 2,70 de 4, o que converge com relatos de “dificuldade em usar dados” como dificuldade institucional (23 evidências).
- **Capacidade operacional insuficiente e gargalos de fluxo/processo:** suficiência de equipe com nota média 2,00 de 4, com “equipe insuficiente” (39 evidências), “ritmo processual” (25 evidências) e “dificuldades no uso de sistemas” (11 evidências) compondo um quadro de restrição sistêmica para elevar resolutividade sem medidas estruturantes.



Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas **não configuram política institucional estruturada**, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente em cenários de escassez de recursos, dados e integração sistêmica. O

diagnóstico evidencia que essas práticas **poderiam ser capturadas, sistematizadas e difundidas pelo CAOCRIM**, transformando experiências isoladas em **modelos institucionais replicáveis**.

Principais boas práticas relatadas (respostas abertas):

- **Gestão de acervo por planilhas próprias**, com controle de IPs, cautelares, audiências e processos prioritários, suprimindo lacunas sistêmicas.
- **Articulação direta com forças policiais locais** (PC, PM, Guarda Municipal), garantindo maior agilidade investigativa e resposta integrada.
- **Uso estratégico de prova digital** (extração e análise de dados de celulares) para superar a “lei do silêncio” em territórios dominados.
- **Fluxos próprios consolidados de ANPP**, com rotinas internas já assimiladas pela equipe, promovendo celeridade e racionalização.
- **Integração efetiva com redes locais de proteção às vítimas** (incluindo NUAUVV), com encaminhamento ágil e acolhimento psicossocial
- **Projetos preventivos locais** (grupos reflexivos, rodas de conversa, ações educativas em escolas) como complemento à persecução penal.
- **Atuação proativa no controle externo**, com cobrança de diligências, fiscalização de inquéritos paralisados e indução à qualificação da prova.

Casos Emblemáticos Relevantes

- **CVlização do Estado”** – menção ao crescimento e domínio da facção CV no Ceará, com modo de atuação violento e impacto direto na segurança pública e na persecução penal.
- **Uso de drones em presídios** – relato de entrada de drogas, celulares e informações em unidades prisionais por meio de drones, associado a fugas e fortalecimento de facções.
- **Violência vicária** – apontada como tema emergente de alta repercussão social, demandando atenção institucional específica e articulação com a rede de proteção.
- **Lei do silêncio em territórios dominados** – descrição recorrente de impossibilidade de prova testemunhal por medo real de represálias, exigindo maior uso de prova técnica/digital.

Achados relevantes do diagnóstico

1) Baixa identificação formal de microterritórios críticos (dado estatístico relevante)

- Apenas **8 respondentes** indicam microterritórios **formalmente mapeados**, enquanto **21 dependem de percepção empírica** e **22 não identificam** microterritórios.
- **Justificativa:** Trata-se de um achado estrutural: a atuação territorial ocorre majoritariamente **sem base técnica padronizada**, o que impacta planejamento, priorização e avaliação de resultados.

2) Desalinhamento entre alta atuação com vítimas e baixa estrutura institucional

- **49% atuam sempre** e **31% às vezes** com vítimas, porém apenas **13% possuem protocolo plenamente estruturado**; **59%** atuam sem protocolo ou com estrutura precária.
- **Justificativa:** Esse contraste estatístico revela risco institucional de **revitimização**, insegurança jurídica e perda de resolutividade, merecendo destaque próprio no diagnóstico.

3) Dependência crítica da prova técnica diante da “lei do silêncio” (temática recorrente nas respostas abertas)

- Diversas respostas abertas descrevem **inviabilidade prática da prova testemunhal** em territórios dominados e apontam a **extração de dados de celulares como única via probatória eficaz**.
- **Justificativa:** Não é apenas dificuldade operacional, mas **mudança estrutural do paradigma probatório**, com impactos diretos em capacitação, tecnologia e integração.

4) Risco institucional associado à ausência de protocolos de segurança do membro

- A **ausência de segurança do membro/protocolo facção** aparece como barreira relevante (13 respostas), reforçada qualitativamente nas respostas abertas, sobretudo em atuação com ORCRIM e acervos sensíveis.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Justificativa:** Trata-se de um risco transversal pouco visível em estatísticas tradicionais, mas claramente percebido na ponta e com potencial impacto na atuação e saúde institucional.

5) Fragmentação extrema do uso de dados e BI

- **49% nunca utilizam BI/indicadores** para planejar a atuação; a utilidade média dos dados é de nota **2,70/4**, e o compartilhamento investigativo tem média ainda menor (nota **2,13 de 4**).
- **Justificativa:** O dado revela que o problema não é ausência pontual de ferramentas, mas **baixa maturidade institucional em dados**, o que justifica ações estruturantes e não incrementais.

6) Atuação relevante fora do eixo criminal estrito, com interface direta

- Respostas de áreas como **família, infância, meio ambiente, consumidor e patrimônio público** relatam impactos diretos da criminalidade (violência doméstica, exploração, facções, estelionato).
- **Justificativa:** Confirma empiricamente o **caráter transversal** da temática Segurança e Justiça, legitimando projetos que extrapolem CAOs criminais.

7) Reconhecimento explícito da utilidade dos materiais do CAOCRIM, apesar das lacunas

- **66% utilizam às vezes** e **28% sempre** os materiais do CAOCRIM; apenas **7% nunca utilizam**.
- **Justificativa:** O dado revela **credibilidade institucional já instalada**, ainda que com espaço claro para ampliação, atualização e melhor direcionamento dos produtos.

Contribuições Relevantes para Transversalidade

1) Inteligência, dados e integração como eixo estruturante institucional

As respostas abertas evidenciam que a fragilidade na **inteligência criminal e no uso de dados** impacta transversalmente diversas áreas (criminal, execução penal, vítimas, controle externo, patrimônio público). A recorrência de pedidos por mapeamento de

acervo, extração de dados, BI e integração MP-polícias demonstra que **investir em inteligência beneficia múltiplas frentes de atuação**, não apenas o combate às facções.

2) Padronização de fluxos como fator de eficiência sistêmica

A ausência de fluxos claros (ANPP, vítimas, investigações, controle externo) aparece em várias respostas abertas como causa de retrabalho, insegurança e perda de efetividade. A contribuição transversal está na percepção de que **protocolos institucionais bem definidos reduzem assimetrias entre Promotorias**, qualificam decisões e melhoram resultados em diferentes áreas temáticas.

3) Proteção às vítimas como elemento central de resolutividade

As respostas mostram que o atendimento às vítimas (violência doméstica, sexual, vicária, crimes patrimoniais) influencia diretamente a **qualidade da prova, a sustentabilidade das ações penais e a credibilidade institucional**. A fragilidade da rede e da escuta qualificada é apontada como problema transversal, indicando que projetos futuros devem tratar a proteção às vítimas como **pilar estratégico**, e não apenas como atuação especializada.

4) Integração interinstitucional como condição para qualquer política eficaz

A dificuldade de articulação com Polícia Civil, Polícia Penal, perícia, rede social e órgãos municipais surge de forma reiterada nas respostas abertas, inclusive fora da área criminal estrita. Isso revela que **ações transversais do MPCE dependem de governança interinstitucional**, sendo essa integração uma contribuição-chave para projetos que envolvam prevenção, repressão qualificada e políticas públicas.

5) Capacitação aplicada e suporte técnico como multiplicadores de impacto

Os respondentes não pedem apenas capacitação teórica, mas **formação prática orientada a problemas reais** (prova digital, execução penal, acolhimento de vítimas, uso de sistemas, investigação financeira). A contribuição transversal está na constatação de que **capacitação + suporte técnico contínuo** potencializam a atuação em várias áreas simultaneamente, inclusive naquelas com atuação ampla.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Ações Estratégicas CAOCRIM/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

Elas potencializam forças (adesão normativa, boas práticas), corrigem fraquezas (fluxos ausentes, sobrecarga), exploram oportunidades (tecnologia, transversalidade) e mitigam ameaças (prejuízos patrimoniais, judicialização).

Pilar 1:
Inteligência e Dados
O cérebro

Pilar 2:
Padronização e Eficiência
O processo

Pilar 3:
Proteção e Integração
O escudo

Pilar 1 – Inteligência e Dados

Pilar 1: Inteligência e Dados

Objetivo Central: Superar a fragmentação e municiar a linha de frente contra o crime organizado territorializado.

1) Núcleo Institucional de Inteligência e Dados

Justificativa: 62% indicaram que a estrutura de inteligência “não existe e é necessária”, com barreiras reiteradas de acesso a dados e integração.

Descrição: Estruturar núcleo (ou rede) de inteligência para análise de dados, prova digital e cruzamento de informações, com apoio técnico às Promotorias.

#inteligência

2) Programa de Prova Digital e Extração de Dados

Justificativa: Respostas abertas destacam a “lei do silêncio” e a prova técnica como principal via probatória em territórios dominados.

Descrição: Padronizar fluxos de extração, cadeia de custódia e relatórios técnicos, com capacitação prática e apoio especializado.

#provaDigital #inteligência

3) Mapeamento e Gestão Estratégica de Acervo Criminal

Justificativa: Reiteradas menções à dispersão de informações, falta de priorização e risco de prescrição.

Descrição: Desenvolver metodologia e ferramentas para mapear acervos, priorizar casos e orientar estratégias de atuação.

#gestãoDeAcervo #eficiência

Pilar 2 – Padronização e Eficiência

Pilar 2: Padronização e Eficiência

Objetivo Central: Racionalizar o trabalho ministerial, garantindo que o tempo do membro seja investido na estratégia, não no retrabalho.

4) Kit Institucional para Atuação em Organizações Criminosas

Justificativa: Demandas frequentes por kits, protocolos e orientação estratégica no enfrentamento às facções.

Descrição: Consolidar modelos, teses, checklists e boas práticas para atuação em ORCRIM e microterritórios críticos.

#facções #ORCRIM

5) Padronização Institucional de Fluxos de ANPP

Justificativa: 33% não possuem fluxo formal; avaliações medianas de apoio tecnológico e pedidos por padronização são recorrentes.

Descrição: Definir fluxo mínimo institucional de ANPP (documentos, etapas, controle), com modelos e orientações práticas.

#ANPP #eficiência

6) Protocolo Institucional de Proteção às Vítimas

Justificativa: Apenas 13% possuem protocolo plenamente estruturado; alta demanda por acolhimento, rede e prevenção da revitimização.

Descrição: Elaborar protocolo único de atendimento, escuta qualificada, encaminhamento em rede e monitoramento pós-atendimento. Apoiar a implantação da rede SALVV.

#vítimas

7) Programa de Apoio à Execução Penal

Justificativa: Execução penal aparece como tema recorrente, associada a facções e sistema prisional.

Descrição: Capacitar em SEEU, monitoramento de lideranças e fluxos de acompanhamento da execução penal.

#execuçãoPenal

Pilar 3 – Proteção e Integração

Pilar 3: Proteção e Integração

Objetivo Central: Garantir que o MPCE atue em rede, protegendo quem colabora e articulando as forças do Estado.

8) Fortalecimento da Integração MPCE–Polícias

Justificativa: A falta de integração com SSPDS/PCCE é uma das barreiras mais citadas nas respostas objetivas e abertas.

Descrição: Instituir pontos focais, rotinas de resposta e protocolos mínimos de cooperação investigativa.

#integração

9) Capacitação Aplicada em Temas Críticos

Justificativa: “Capacitação insuficiente” aparece de forma recorrente como barreira institucional.

Descrição: Ofertar capacitações práticas e contínuas (dados, sistemas, júri, execução penal, vítimas), orientadas a problemas reais.

#capacitação

10) Aprimoramento da Atuação no Tribunal do Júri

Justificativa: Júri figura entre os temas de alta demanda e prioridade de apoio ao CAOCRIM.

Descrição: Produzir orientações para qualificação da prova, prevenção de nulidades e organização estratégica de plenários.

#júri

11) Rede Institucional de Boas Práticas

Justificativa: Respostas abertas revelam soluções locais eficazes (planilhas, fluxos próprios, articulações), ainda não sistematizadas.

Descrição: Mapear, validar e difundir boas práticas replicáveis por meio de repositório institucional.

#boasPráticas

12) Governança Transversal de Projetos Estratégicos

Justificativa: A atuação transversal exige coordenação entre áreas e CAOs, apontada como fragilidade nas respostas.

Descrição: Criar instância de governança para projetos estratégicos transversais, com metas e indicadores, em especial fortalecer o controle e monitoramento do eixo Convergência do MPCE em 2026-2027.

#transversalidade



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos



sustentáveis.

O cruzamento evidencia **elevada aderência estrutural** entre o diagnóstico do MPCE (Forms365) e as **prioridades nacionais do CNMP (RADAR 2026)**, sobretudo nos eixos de **inteligência, dados, integração, persecução penal qualificada e proteção de vítimas**. Isso confere **robustez técnica e legitimidade**

nacional às ações propostas para o PGA 2026–2027.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Matriz de Aderência – Diagnóstico MPCE × RADAR/CNMP**

AÇÃO PROPOSTA (Diagnóstico)	INICIATIVA CNMP (RADAR)	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Núcleo Institucional de Inteligência e Dados	1.1.2.2 Base única nacional de antecedentes criminais / 2.1.2.1 Ciência de Dados nos MPs	Alta	Responde diretamente à prioridade nacional de integração de inteligência e cultura de dados, apontada como gargalo central no Forms.
Padronização Institucional de Fluxos de ANPP	1.2.1 Priorização da persecução penal / 3.1.1 Integração planejamento-orçamento	Média	ANPP não é citado nominalmente no RADAR, mas a padronização qualifica a persecução penal e a eficiência institucional.
Protocolo Institucional de Proteção às Vítimas	1.4.04 Direitos Humanos / 1.2.1 Crimes violentos e feminicídios	Alta	Forte convergência com proteção de grupos vulneráveis e enfrentamento da violência, amplamente demandados no Forms.
Programa de Prova Digital e Extração de Dados	1.2.1.2 Banco Nacional de Perfis Genéticos	Alta	Ambas as iniciativas priorizam prova técnica qualificada para superar fragilidades probatórias em crimes graves.
Mapeamento e Gestão Estratégica de Acervo Criminal	2.1.2.2 Taxonomia nacional para decisão estratégica	Alta	Gestão de acervo e priorização de casos dialogam diretamente com melhoria da taxonomia e da tomada de decisão baseada em dados.
Fortalecimento da Integração MP-Polícias	1.3.1 Atuação em rede / 1.1.2 Integração dos órgãos de inteligência	Alta	A integração interinstitucional é eixo central do RADAR e uma das principais fragilidades apontadas no Forms.
Capacitação Aplicada em Temas Críticos	3.4.2 Desenvolvimento de competências técnicas	Alta	O RADAR prevê capacitação orientada a resultados, convergente com a demanda por formação prática indicada nas respostas abertas.
Kit Institucional para Atuação em ORCRIM	1.2.1 Priorização da persecução de ORCRIM	Alta	A ação operacionaliza, em nível estadual, a diretriz nacional de enfrentamento às organizações criminosas.
Aprimoramento da Atuação no Tribunal do Júri	1.2.1 Crimes violentos e hediondos	Média	O Júri não é citado nominalmente, mas está diretamente ligado à persecução de crimes violentos priorizados pelo CNMP.
Programa de Apoio à Execução Penal	1.2.1.1 Controle da atuação de ORCRIM no sistema prisional	Alta	A execução penal é tratada no RADAR como eixo estratégico para conter lideranças criminosas e reduzir violência.
Rede Institucional de Boas Práticas	2.2.1.5 Boas práticas organizacionais (ESG)	Média	A lógica de disseminação de boas práticas converge com governança e melhoria organizacional, ainda que não seja eixo finalístico.

Governança Transversal de Projetos Estratégicos	3.1.1 Integração planejamento-orçamento	Alta	A governança transversal fortalece o alinhamento estratégico e a execução coordenada, objetivo explícito do RADAR.
--	---	-------------	--

CONCLUSÃO

Esses achados **não são periféricos**: eles reforçam riscos, oportunidades e mudanças estruturais já em curso, que **merecem registro explícito**:

- evidenciam **descompassos críticos** (atuação × estrutura),
- apontam **mudança de paradigma probatório**,
- revelam **riscos institucionais silenciosos**,
- e confirmam a **natureza transversal** da política de Segurança e Justiça.

Por fim, o diagnóstico valida as prioridades descritas pelos membros:

Prioridade 1:

Predomina a indicação de combate às **organizações criminosas**, associada à falta de inteligência, dados e integração. As respostas apontam necessidade de **kits, capacitação, BI e apoio estratégico**, sobretudo diante da expansão de facções e do impacto prisional.

Prioridade 2:

Destacam-se **crimes contra a vida**, com demanda por **qualificação da investigação, prova técnica e apoio ao Júri**. As respostas indicam dificuldades probatórias, lentidão e necessidade de integração com a Polícia Civil para maior efetividade.

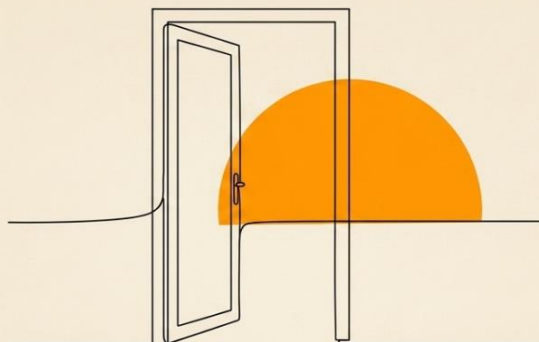
Prioridade 3:

Sobressaem **integração, planejamento estratégico e inteligência**, incluindo proteção às vítimas. As respostas evidenciam que a ausência de dados compartilhados e fluxos padronizados compromete a atuação transversal e a resolutividade



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



**A justiça mais forte não é a que reage ao silêncio,
mas a que se estrutura para antecipar o futuro.**

Planejamento Estratégico MPCE 2026-2027

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa